



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08103429220168152003

**BRADESCO SEGUROS S.A.**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO DE SALES RICARDO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez constatada na vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre a lesão no joelho e o acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO na data do acidente, bem como a narrativa apresentada no BOLETIM DE OCORRÊNCIA, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado no JOELHO ESQUERDO e o sinistro de trânsito.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

**LAUDO MÉDICO**

INFORMAÇÕES PESSOAIS	
NOME DO PACIENTE	FRANCISCO DE SALES RICARDO DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	20/08/81
NOME DA MÃE	SEVERINA MAGALHÃES DA SILVA
DADOS EXTRAÍDOS	
BOLETIM DE ENTRADA N.º	915.516
PRONTUÁRIO N.º	XXXXXXXXXXXX
DATA DO ATENDIMENTO	24/04/16
HORA DO ATENDIMENTO	22:31
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTO
DIAGNÓSTICO(S)	CONTUSÃO NO PÉ ESQUERDO (?)
CID 10	V 23 + S 90.3 + S 30.1
AVALIAÇÃO INICIAL:	
PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO (COLISÃO VEÍCULO X MOTO), RESGATADO PELO SAMU, COM QUEIXA DE DOR ABDOMINAL + DOR EM MIE. EF= EDEMA EM PÉ ESQUERDO. GLASGOW 15.	
EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:	
RX DE PÉ ESQUERDO- RELATO COT- SEM SINAIS DE FRATURA RX DE TÓRX + RX PÉ ESQUERDO + RX DE TORNOZELO ESQUERDO + RX DE MÃO ESQUERDA	
TRATAMENTO	
PACIENTE AVALIADO POR COT + EXAMES DE IMAGEM SEM FRATURAS + IMOBILIZAÇÃO COM TALA- BOTA ESQUERDA POR 15 DIAS + PRESCRIÇÃO + ATESTADO.	
ALTA HOSPITALAR:	25/04/2016
DATA DA EMISSÃO:	01/09/2016

Dr. Joacila Braga Brandão  
CRM: 1741/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comunicação de atendimento médico e não para fins periciais.

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**  
**Nº 03788.01.2016.1.91.000**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 03788.01.2016.1.91.000, cujo teor agora passo transcrever na íntegra: Ao(s) 12 dias do mês de Setembro de 2016, nesta cidade de João Pessoa, Central de Polícia Civil de João Pessoa, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Civil Policial, FRANCISCO DEUSDEDIT LEITÃO FILHO, comigo, RIVALDO MARCOS DE SOUZA MELO, Agente De Investigação, às 10:12 horas, compareceu FRANCISCO DE SALES RICARDO DA SILVA, nacionalidade BRASILEIRA, profissão MOTORISTA, naturalidade Serra da Raiz, data de nascimento 20 de Agosto de 1981, idade 35, filiação SEVERINA MAGALHÃES DA SILVA e SEVERINO RICARDO DA SILVA, Documento - CPF: 042.375.154-94, residente R. DIOMAR VIEIRA DE MELO, 201, GRAMAME, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (33) 98627-7172

**DADO(S) DO(S) FATO(S)**

Ocorrência 1:  
Data/Hora do Fato: 24/04/16 21:30  
Tipo de Local: VIA/LOCAL DE ACESSO PÚBLICO (RUJA, PRAÇA, ETC)  
Local do Fato: [NÃO INFORMADO], João Pessoa - PB

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Que, no dia 24/06/2016, por volta das 21:30 horas, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/CB 300 R, ano 2012, Vermelha, placa- OGB4140/PB, CHASSI: 9C2NC4310CR067175, Registrado em nome de Gilvan Soares da Costa, Pela R. Principal do bairro de Costa e Silva, João Pessoa/PB. Ao passar em um cruzamento teve sua motocicleta atingida na lateral esquerda, por um veículo não identificado, fazendo com que perdesse o controle de direção caindo ao solo, sofrendo: CONTUSÃO NO PÉ ESQUERDO. Sendo socorrido e conduzido pelo Samu, Para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, nesta capital.

**PROCESSO Nº 0810342-92.2016.8.15.2003**

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatómico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatómico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Edema articular. Dor crônica no joelho esquerdo. Instabilidade articular em joelho esquerdo. Marche livre e normal.  
V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?  
Sim, em que prazo: Sem limite de amplitude dos movimentos do joelho esquerdo.  
☒ Não

Ora Exa., enquanto o laudo pericial descreve que o autor apresenta lesões no JOELHO ESQUERDO, que acarretaram a debilidade apurada no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, a documentação médica de primeiro atendimento na data do fato apresentada nos autos não corrobora com tal afirmação, eis que não consta em momento algum lesão no JOELHO do autor. E mais, a única documentação que informa possível lesão em joelho, é datada posteriormente ao acidente, sendo ele um exame de ultrassonografia de 24/05/2016, sem qualquer outro documento médico, nem mesmo a requisição do referido exame e o motivo que originou a sua realização.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 27 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**